
TEORIA E FORMAÇÃO DO HISTORIADOR

José D'Assunção Barros¹

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

RESUMO

Este artigo busca desenvolver algumas considerações relacionadas à função da teoria na formação do historiador, incluindo aspectos como os conceitos e a formulação de hipóteses, de modo a assegurar a elaboração de uma história-problema, em lugar de uma história meramente descritiva. A primeira discussão desenvolvida no artigo refere-se à distinção entre Teoria e Metodologia.

Palavras-chave: Teoria, metodologia, historiografia.

Uma reflexão adequada sobre a teoria da história, e particularmente sobre o seu papel na formação do historiador, pressupõe que consideremos alguns aspectos. Em primeiro lugar, será importante definirmos o campo em análise: o que é a teoria da história. E, antes disto, o que é teoria, de modo mais geral. Em segundo lugar, será importante que consideremos, em algum momento de nossas reflexões, a própria historicidade da teoria da história. Quando surge, na história do pensamento ocidental e na história da historiografia, um campo que já pode ser definido como teoria da história? Perguntar isso, aliás, leva concomitantemente a outra pergunta ainda mais importante, que já nos permite abordar a passagem da especulação puramente filosófica para a análise sistematicamente epistemológica: que condições tornam possível a teoria da história? Por fim, será possível atingir em seu âmago a questão central a que se propõe para reflexão, permitindo que seja avaliado o papel e a importância da teoria, e da teoria da história em sua especificidade, na formação do historiador.

Para pontuar uma relação importante, devemos desde já reconhecer que a ideia de uma “teoria da história” está intimamente relacionada ao surgimento das pretensões de cientificidade da história, seja naqueles autores que definem a história como ciência – e teremos aqui um extenso arco que partirá dos primeiros historicistas e positivistas e que segue adiante pelo mundo contemporâneo – até outros que, se não definem a história como “ciência”, ao menos entendem a história como um conhecimento cientificamente produzido.² Também existirão autores que, mesmo

¹ Professor da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), nos cursos de Mestrado e Graduação em História, onde leciona disciplinas ligadas ao campo da Teoria e Metodologia da História, História da Arte. Doutor em História Social pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Entre suas publicações mais recentes, destacam-se os livros *O Campo da História* (Petrópolis: Vozes, 2004), *O Projeto de Pesquisa em História* (Petrópolis: Vozes, 2005), *Cidade e História* (Petrópolis: Vozes, 2007) e *A Construção Social da Cor* (Petrópolis: Vozes, 2009).

² Esta posição pode ser representada por Lucien Febvre, em *Combates pela História* (1953).

rejeitando o estatuto de cientificidade da história, não deixam de transitar em uma reflexão sobre a teoria da história pelo simples fato de que já se permitem fazer a pergunta epistemológica fundamental: aquela que indaga sobre as condições que tornam possível o conhecimento historiográfico. É o caso, por exemplo, do Paul Veyne de *Como se escreve a história* (1971). E poderemos mesmo encontrar autores que, embora concebam a historiografia como uma forma de arte, nem por isso deixarão de abordar uma sistemática reflexão sobre o que consideram ser uma teoria da história.³ De qualquer modo, de uma maneira ou de outra, o contexto de cientificidade que se abre para as ciências humanas na passagem do século XVIII para o século XIX pode ser considerado um momento fundamental para a emergência da Teoria da História.

Lembraremos um indício inicial que atesta bem essa passagem da historiografia para esta nova fase em que já se torna possível falar em uma teoria da história. No século XVIII, o verbete de Voltaire para a *Enciclopédia* ainda classificava a história essencialmente como um gênero literário. O verbete “história”, elaborado pelo filósofo francês, abre-se sintomaticamente com a frase de que “a história é a narração dos fatos verdadeiros, ao contrário da fábula, que é narração dos fatos fictícios”. Se prosseguirmos em sua leitura, veremos que, em nenhum momento do verbete, Voltaire expressa-se em termos de “cientificidade” para se referir à história, e tampouco se propõe a discorrer em torno de questões teóricas, embora fale, ainda que de maneira pouco sistemática, do “método dos historiadores”. A “história útil” também será, para ele, aquela “que nos mostra nossos direitos e deveres” (Voltaire, 2006, p. 272). Depois, começaremos a assistir na metade do século XVIII, a emergência de filosofias da história como a de Kant, Herder, e que já em 1830 culminarão com a filosofia da história de Hegel, o que já constitui um desenvolvimento importante. Mas será apenas com a afirmação de uma pretensão à cientificidade historiográfica e com a delimitação de uma nova especialização centrada na figura do historiador – o que incorrerá na concomitante formação de uma comunidade de historiadores e que já se deixa entrever na passagem do século XVIII para o século XIX – que se criarão efetivamente as condições epistemológicas para que sejam trazidas para o centro da discussão historiográfica as questões teóricas, ao lado das questões metodológicas.

Emerge nesse momento um campo que já se pode pensar efetivamente como uma teoria da história, e surgem também aquelas primeiras correntes de pensamento que já poderemos qualificar não mais no âmbito das “filosofias da história”, em geral realizações individuais empreendidas por filósofos, mas sim no âmbito das “teorias da história”, espaços de reflexão que já mobilizam e dividem a

³ Aqui, a referência mais significativa estará em algumas das obras de Benedetto Croce (*Teoria e historiografia*), mas também em Collingwood.

comunidade de historiadores em torno de reflexões como as relacionadas ao tipo de conhecimento científico que a história estaria apta a produzir, se um conhecimento relacionado a uma cientificidade ideográfica ou nomotética (isto é, relativa ao estabelecimento de leis). Multiplicam-se as questões que indagam pelo tipo de relação que se pode estabelecer entre o sujeito de produção do conhecimento histórico e o seu objeto de estudo; surge a preocupação com a fixação de um vocabulário comum, ou mesmo de um novo âmbito conceitual; e, por fim, começam a se formar paradigmas historiográficos, a principiar pelo historicismo e pelo positivismo, logo seguidos pelo materialismo histórico. É neste novo contexto que se tornará legítimo se falar, mais propriamente, em uma “teoria da história”.

Outro indício particularmente importante desse novo momento em que os historiadores passam a se ver como uma comunidade específica, e como especialistas que se colocam em diálogos recíprocos e que se agrupam em determinadas redes conforme seus posicionamentos teórico-metodológicos, é a emergência do gênero historiográfico por excelência: obras nas quais os próprios historiadores discorrem sobre a própria historiografia e sobre as correntes históricas de sua época. Gervinus escreverá em 1837 o ensaio *As grandes linhas da história*; Sybel escreverá em 1856 um estudo intitulado *Sobre o estado da moderna historiografia alemã*; Droysen escreverá entre 1881 e 1883 o seu *Historik*. Ao lado disso, haverá também as obras produzidas pelos filósofos historicistas, como o célebre ensaio de Wilhelm Dilthey escrito em 1883 com vistas a uma *Introdução ao estudo das Ciências do Espírito*. De igual maneira, ao par do diálogo que já se começa a estabelecer em torno de questões historiográficas e de ordem teórica, já aparecem nos prólogos das primeiras grandes obras de historiadores historicistas as reflexões metodológicas sobre o “fazer historiográfico”, procurando estabelecer um modelo direcionado às questões de método e crítica documental, tal como ocorre com Ranke e sua *História das nações latinas e teutônicas* (1824). Eis aqui o duplo alicerce da teoria e do método a estabelecer, definitivamente, um novo campo disciplinar.

TEORIA

Antes de avançarmos na reflexão pertinente aos diversos aspectos pertinentes à teoria da história, será oportuno precisar conceitualmente o que é “teoria”. Não são raras, por exemplo, confusões inadvertidas entre “teoria” e “método”, e mais particularmente entre “teoria da história” e “metodologia da história”, embora esses dois âmbitos sejam na verdade bem diferenciados, ainda que interpenetrantes um em relação ao outro. Ter uma clara consciência acerca do que é o “teórico” e do que é o “metodológico”, e de como essas instâncias se relacionam, será fundamental para que avancemos nesta reflexão inicial sobre o papel da teoria na formação do historiador.

Começaremos por lembrar que uma teoria é uma visão de mundo.⁴ É através de teorias – que correspondem a um âmbito que inclui uma série de dispositivos e procedimentos que vão dos conceitos à formulação de hipóteses – que os cientistas conseguem enxergar a realidade ou os seus objetos de estudos de modos específicos, seja qual for o seu campo de conhecimento ou de atuação. É muito interessante constatar que a noção de “teoria” sempre esteve ligada, desde a antiguidade, à ideia de “ver” – ou de “conceber” – o que prossegue até os dias de hoje. Por outro lado, na história do pensamento não deixaram de ocorrer certamente variações importantes nessa relação entre a “teoria” e o “ver”, por vezes bastante sutis, à medida que o “conhecimento” foi sendo definido ou compreendido de maneiras diversas.

Para a maior parte dos filósofos gregos da antiguidade, “theoria” significava ‘contemplação’. Mas, tal como assinala Pierre Delattre em ser verbete “teoria” para a *Enciclopédia Einaudi*, como naquela época a ideia de conhecimento estava então muito associada à noção de ‘percepção’ de uma realidade subjacente a ser desvelada pelo filósofo ou pelo pesquisador, essa “contemplação” que estava implicada na noção de “teoria” abarcava “*simultaneamente a percepção, o conhecimento, e a aceitação da ordem das coisas*” (Delattre, 1992, p. 224). Pode-se perceber uma variação nesta relação entre a “teoria” e o “ver” à medida que o conhecimento passa a ser proposto mais como uma “construção” do que como uma “percepção”. A constante reformulação do conceito de “teoria” acompanha essa passagem, essa mudança de atitude do homem moderno perante o conhecimento, por assim dizer. É assim que, já desde o início do século XX, e no próprio seio das ciências exatas, cientistas como Albert Einstein e filósofos como Karl Popper começaram cada vez mais a chamar atenção para o fato de que é a nossa teoria que decide o que podemos observar, ou como observar. Karl Popper, por exemplo, vale-se da interessante metáfora de que “*as teorias são redes, lançadas para capturar aquilo que denominamos ‘o mundo’: para racionalizá-lo, explicá-lo, dominá-lo*” (Popper, 1995, p. 61).

Outro aspecto bastante interessante a considerar é o fato de que as ciências humanas e sociais precedem as ciências exatas nessa consciência mais aguçada de que, rigorosamente falando, a teoria transforma a realidade observada, ou ao menos revela certos aspectos de uma realidade observada e não outros, conforme essa teoria seja construída de uma maneira ou de outra, ou a partir de certos pontos de vista e parâmetros. Ao menos em algumas das correntes e paradigmas das ciências humanas que já se afirmam desde os séculos XVIII e XIX – e podem ser citados por

⁴ Particularmente nas Ciências Humanas, a palavra “teoria” tem sido empregada de maneira muito diversificada. Robert Merton já observava que muito frequentemente a palavra é empregada em sentidos diversos, que abarcam desde as menores hipóteses de trabalho até as mais amplas especulações ou aos sistemas axiomáticos de pensamento, daí decorrendo o cuidado que se deve ter no emprego da palavra (Merton, 1970, p. 51).

exemplo alguns dos setores mais relativistas do historicismo por oposição ao positivismo como um todo – tem-se razoavelmente bem desenvolvida uma significativa consciência de que o que se pode perceber da realidade acha-se francamente interferido pelo ponto de vista do sujeito que produz o conhecimento. Na segunda metade do século XIX isso já parecia claro para alguns historicistas, como o Droysen do ensaio *A objetividade dos eunucos* (1881) e ou o Dilthey de *Introdução às Ciências do Espírito* (1883). Jörn Rüsen, em um texto de 1996 sobre *Narratividade e objetividade*, já observava que mesmo em outros historicistas como Sybel (1863) e Gervinus (1837) já consideravam o papel do envolvimento do historiador nas questões de seu tempo e de seus pontos de vista na elaboração de uma história que, para eles, nem por isso deixava de comportar um tipo de objetividade (Rüsen, 1996, p. 85).

A noção de que o conhecimento é construído de um ponto de vista, o que leva a uma maior compreensão da “teoria” como visão de mundo, já era algo discutido entre os cientistas da sociedade, e de todo modo o convívio com teorias concorrentes e divergentes já situava esses pensadores em uma perspectiva distinta da dos físicos que ainda se viam unificados pelo paradigma newtoniano. Desta maneira, pode-se dizer que no século XX as ciências exatas começariam a se aproximar de um tipo de autopercepção acerca dos seus próprios processos de construção do conhecimento que já vinha sendo desenvolvido na prática pelas diversas ciências sociais e humanas, inclusive a história, no século anterior. Poderemos lembrar ainda o filósofo austríaco Wittgenstein (1889-1951), que mais tarde também iria reforçar essa mesma ideia, mas já aplicada ao campo semântico e linguístico, ao afirmar que “*o limite da minha linguagem é o limite do meu mundo*”.

Será oportuno considerar essa relação entre a teoria como “visão de mundo” e a redefinição da realidade que é através dela observada ou imaginada. Apenas para pontuarmos um exemplo inicial, já pertinente à historiografia, podemos evocar um aspecto fundamental da teoria que se refere à construção de “conceitos”. Paul Veyne (1930-), em seu célebre ensaio *Como se escreve a história*, publicado em 1971, já chamava a atenção para o fato de que “*a formação de novos conceitos é a operação mediante a qual se produz o enriquecimento da visão*” (Veyne, 1982, p. 106). A essa formulação, o historiador francês seguia argumentando que Tucídides, Eginhard ou São Tomás de Aquino não teriam podido enxergar, nas sociedades de seu tempo, aquilo que hoje nelas procuramos: “classes sociais”, “mentalidades”, “mobilidade social”, “atitudes econômicas”, e tantos outros aspectos e fatores que aprendemos a ver nas diversas sociedades históricas através de conceitos que nós mesmos formulamos ou que herdamos, para modificá-los ou não, de nossos predecessores na análise historiográfica. É uma determinada teoria – uma certa maneira de ver as coisas – e seus instrumentos fundamentais, os conceitos, o que nos possibilita formular determinada leitura da

realidade histórica e social, enxergar alguns aspectos e não outros, estabelecer conexões que não poderiam ser estabelecidas sem os mesmos instrumentos teóricos de que nos valem. Desta maneira, a teoria é, à partida, fundamental para a constituição de qualquer campo de conhecimento, o que inclui a história.

TEORIA X MÉTODO

Antes de passarmos mais especificamente às teorias da história, será oportuno aprofundar a discussão em torno desta noção fundamental de que as teorias são visões de mundo. Isso ficará mais claro de duas maneiras: pelo contraste entre teoria e método, e pelo esclarecimento de que, embora as teorias sejam necessariamente visões de mundo, existem outros tipos de visões de mundo que nada tem a ver com teoria. Vejamos cada um desses aspectos por partes.

A “teoria” remete a uma maneira de ver o mundo ou de compreender o campo de fenômenos que estão sendo examinados. Remete aos conceitos e categorias que serão empregados para encaminhar determinada leitura da realidade, à rede de elaborações mentais já fixada por outros autores (e com as quais o pesquisador irá dialogar para elaborar o seu próprio quadro teórico). A “teoria” remete a generalizações, ainda que tais generalizações se destinem a serem aplicadas em um objeto específico ou a um estudo de caso delimitado pela pesquisa. Por outro lado, a teoria também implica em uma visão sobre o próprio campo de conhecimento que se está produzindo. É, por exemplo, uma questão teórica a subdivisão de certo campo de conhecimento em modalidades internas (a física que se desdobra em “termodinâmica”, “ótica” ou “mecânica”, por exemplo, ou a historiografia que se desdobra em “história cultural”, “história política”, “história econômica”, e tantas outras modalidades). Enfim, a teoria tanto remete à maneira como se concebe certo objeto de conhecimento ou determinada realidade examinada, a partir de dispositivos específicos que são os conceitos e fundamentos teóricos de diversos tipos, como também se refere à maneira como o pesquisador ou cientista enxerga a sua própria disciplina ou o seu próprio ofício.

Já a “metodologia” remete sempre a determinada maneira de trabalhar algo, de eleger ou constituir materiais, de extrair algo específico desses materiais, de se movimentar sistematicamente em torno do tema e dos materiais concretamente definidos pelo pesquisador. A metodologia vincula-se a ações concretas, dirigidas à resolução de um problema; mais do que ao pensamento, remete à ação. Assim, enquanto a ‘teoria’ refere-se a um “modo de pensar” (ou de ver), a ‘metodologia’ refere-se a um “modo de fazer”. Estes dois verbos – “ver” e “fazer” – constituem os gestos fundamentais que definem, respectivamente, teoria e método.

É verdade, ainda, que uma decisão “teórica” pode encaminhar também uma escolha “metodológica”. Reciprocamente, a metodologia – ou certa maneira de fazer as coisas – também pode retroagir sobre a concepção teórica do pesquisador, modificando sua visão de mundo. Frequentemente, há certas implicações metodológicas a partir de certos pressupostos teóricos, e, inversamente, quando optamos por certa maneira de fazer as coisas, de enfrentar situações concretas apresentadas pela pesquisa, também estamos optando por um posicionamento teórico. Por exemplo, não é raro que o materialismo histórico – um dos paradigmas historiográficos contemporâneos – seja referido como um campo teórico-metodológico, uma vez que enxergar a realidade histórica a partir de certos conceitos como a “luta de classes” ou como os “modos de produção” também implica necessariamente numa metodologia direcionada à percepção dos conflitos, das relações entre condições concretas imediatas e desenvolvimentos históricos e sociais. Uma certa maneira de ver as coisas (uma teoria) repercute de alguma maneira numa determinada maneira de fazer as coisas em termos de operações historiográficas (uma metodologia).

A pesquisa em história, e a sua posterior concretização em escrita da história (isto é, a apresentação dos resultados da pesquisa em forma de texto) envolvem necessariamente este confronto interativo entre teoria e metodologia. O ponto de partida teórico, naturalmente, corresponde a determinada maneira como vemos o processo histórico (porque há muitas). Podemos alicerçar nossa leitura da história na ideia de que esta é movida pela “luta de classes”, tal como foi acima proposto. Mas se quisermos identificar essa “luta de classes” na documentação que constituímos para examinar este ou aquele período histórico específico, teremos de nos valer de procedimentos técnicos e metodológicos especiais. Será talvez uma boa ideia fazer uma “análise de discurso” sobre textos produzidos por indivíduos pertencentes a esta ou àquela “classe social” (“classe social”, aliás, é também uma categoria “teórica”). Essa análise de discurso poderá se empenhar em identificar “contradições”, ou em trazer a nu as “ideologias” que subjazem sob os discursos examinados, e para tal poderá se valer de técnicas semióticas, da identificação de temáticas ou de expressões recorrentes (análises isotópicas), da contraposição intertextual entre discursos produzidos por indivíduos que ocupam posições de classe diferenciadas, e assim por diante.

De igual maneira, se acreditamos que as condições econômicas e materiais determinam em alguma instância a vida social e as superestruturas mentais e jurídicas de determinada comunidade humana historicamente localizada (outro postulado teórico do materialismo histórico) deveremos selecionar ou constituir metodologias e técnicas capazes de captar os elementos que caracterizariam essa vida material. Dependendo do tipo de fontes históricas utilizadas poderemos, por exemplo, realizar

análises quantitativas ou seriais, utilizar técnicas estatísticas para levantar as condições de vida de determinados grupos sociais dentro de uma população, e assim por diante.

De todo modo, apesar das mútuas repercussões entre teoria e método, não devemos confundir uma coisa com a outra. Se há uma interpenetração possível entre concepções teóricas e práticas metodologias disponíveis ao historiador ou a qualquer outro tipo de pensador/pesquisador, deve-se ter sempre em vista que “teoria” e “método” são coisas bem distintas, da mesma maneira que “ver” e “fazer” são atitudes verbais e práticas diferenciadas, embora possam se interpenetrar.

Posto isso, deve-se ainda entender que pode existir uma grande diversidade de teorias possíveis para qualquer objeto de investigação ou para qualquer campo de conhecimento examinado, e que as diversas teorias podem se contrapor, suceder ou se sobreporem umas às outras. Uma vez que cada teoria propõe ou se articula a uma “visão de mundo”, ela também corresponde à formulação de determinadas perguntas, e conseqüentemente abre espaço a certo horizonte de respostas. Na mesma medida em que as teorias se diversificam, também variam muito as respostas proporcionadas por cada teoria em relação a certa realidade ou objeto examinado. Thomas Kuhn, autor do célebre livro *A Estrutura das revoluções científicas* (1962), já considerava que uma teoria frequentemente se afirma em detrimento de outra precisamente porque responde a algumas questões que a outra teoria não respondia. Nessa perspectiva, as mudanças de teoria (ou as opções por uma ou outra teoria) ocorrem porque uma teoria satisfaz mais do que outra: porque as questões a que a teoria adotada dá resposta são consideradas mais importantes ou relevantes pelo sujeito que produz o conhecimento. Dito de outra maneira, cada teoria, ao corresponder ou equivaler a uma visão de mundo, permite que sejam formuladas determinadas perguntas.

Bem compreendidas as diferenças entre “teoria” e “método”, outro comentário importante é o de que, se toda teoria é uma “visão de mundo”, nem toda visão de mundo é necessariamente uma teoria. Uma religião, por exemplo, é uma visão de mundo, da mesma maneira que uma mitologia ou uma cosmogonia. A magia – que também propõe uma prática e um modo de agir sobre a vida cotidiana – também está implicada em um tipo de visão de mundo. Uma concepção artística, do mesmo modo, pode corresponder a outro tipo de visão de mundo. A “teoria”, portanto, corresponde apenas a um dos vários tipos de visão de mundo que se disponibilizam ao homem no seu permanente esforço de compreender e recriar o mundo no qual se encontra inserido.

Embora a palavra “teoria” também possa ser empregada para outros tipos de atividades, geralmente as teorias – e as teorias da história não são exceção – correspondem, conforme já foi ressaltado, a um tipo de visão de mundo que se relaciona ao que hoje entendemos por ciência. Nesse sentido, uma teoria pode ser definida como um corpo coerente de princípios, hipóteses e

conceitos que passam a constituir determinada visão científica do mundo. Conforme Mario Bunge – um dos mais célebres estudiosos da epistemologia – uma teoria seria um “conjunto de proposições ligadas logicamente entre si e que possuem referentes em comum” (1982, p. 41). Faz parte da ideia de teoria a possibilidade de demonstração (de confirmar ou de extrair consequências daquilo que é formulado). Para estarmos no âmbito da teoria também é necessário que o que se formula teoricamente seja submetido a um diálogo com outras proposições teóricas, seja para reforço ou para refutação. As diversas teorias relacionam-se, por contraste ou por interação, no interior de um campo de conhecimento mais vasto, que é o campo científico específico que se tem em vista. Dessa maneira, se uma visão de mundo como a religião pode se colocar como uma experiência íntima do ser humano perante deus ou o mundo supranatural, já a ciência – e as teorias que nesta estão envolvidas – colocam-se necessariamente em um campo de diálogos.

TEORIA DA HISTÓRIA

Como destaca Jörn Rüsen em sua obra *Razão histórica, teoria da história: fundamentos da ciência histórica* (2001, p. 14), a teoria da história se refere ao “pensamento histórico em sua versão científica”. De acordo com essa perspectiva, pode-se, por exemplo, estabelecer uma distinção mais clara entre as “filosofias da história” e as “teorias da história” propriamente ditas, considerando que essas se vinculam ao novo momento em que a historiografia passa a reivindicar um estatuto de cientificidade, chamando a si novas necessidades. É também o que postula Arno Wehling em seu texto *Historiografia e epistemologia histórica* (2006, p. 181), fazendo notar que, obviamente, já existiam formas de conhecimento histórico bem antes da passagem do século XVIII ao XIX, nesse momento em que se passa a tomar como parâmetro para a historiografia a cientificidade e no qual, portanto, já se pode falar em “teorias da história”. Contudo, naqueles momentos anteriores – como a antiga Grécia, o mundo romano, a idade média, o renascimento, ou o moderno absolutismo – apresentavam-se para a historiografia referenciais muito diversos, como “a *anamnese grega*, o *patriotismo romano*, o *providencialismo medieval*, ou o *oficialismo absolutista*” (Wehling, 2006, p. 181). Não é senão em um contexto no qual a cientificidade se apresenta como um referencial para a historiografia, aspecto que se afirma mais consistentemente na passagem do século XVIII para o século XIX, que se pode falar da emergência de “teorias da história” como grandes sistemas de compreensão sobre a história e a historiografia.

É importante ressaltar ainda que a expressão “teoria da história” é utilizada geralmente em três sentidos distintos: de um lado, pode significar o conjunto global de artefatos teóricos (conceitos, princípios, perspectivas) disponíveis aos historiadores; de outro lado, pode se referir aos

grandes paradigmas teóricos – como o historicismo, o positivismo, ou o materialismo histórico – que começam a surgir precisamente quando a historiografia começa a manifestar pretensões científicas no século XIX e a se constituir como disciplina universitária; e, por fim, deve-se considerar que as “teorias da história” podem se referir a questões particulares. Nesse sentido, podemos acompanhar as reflexões de Agner Heller (1929-) em seu ensaio *Uma teoria da história* (1981), no qual a filósofa húngara sustenta que, em termos de teorias da história, podemos nos referir tanto àquelas que se referem a objetos historiográficos específicos (eventos ou processos como a revolução francesa, o nazismo, as crises do capitalismo), ou às teorias mais amplas, mais generalizadoras, que se referem aos modos de elaborar a historiografia (como o positivismo, o historicismo, o materialismo histórico):

Há tipos diversos de teorias: umas mais particularísticas e outras mais genéricas. Os historiadores podem fornecer uma teoria que diga respeito a determinado evento, a uma série de eventos, a um período, ao desenvolvimento de instituições segundo um entrecruzamento cultural e assim por diante (Heller, 1993, p. 176).

No limite máximo de generalização, os historiadores podem oferecer teorias acerca do que seja a própria historiografia. O que é a história, como ela se constrói, quais as tarefas do historiador diante da produção desse tipo de conhecimento? Para que serve a história; que tipo de conhecimento é a historiografia? É possível, ou desejável, que o historiador faça previsões do futuro a partir de suas observações do passado? Que tipo de envolvimento – contemplativo, distanciado, comprometido, militante – deve ter o historiador em relação à história de sua própria época? Deve a historiografia ser colocada a serviço de alguma causa, ou deve conservar o ideal de constituir um tipo de conhecimento desinteressado?

Perguntas como essas são respondidas de maneiras diferenciadas pelas várias teorias da história – no sentido mais generalizado da expressão – e terminam por constituir, na especificidade de suas respostas, paradigmas historiográficos distintos. Por exemplo, o paradigma positivista e o paradigma historicista encaminham teorias da história bem distintas. Um e outro podem ser contrapostos como modelos bem diversos de historiografia. Claro que, quando se fala em positivismo e historicismo, temos modelos limites. Os historiadores específicos, no seu trabalho singular, não precisam se enquadrar diretamente em um ou outro desses paradigmas. Podem buscar mesmo mediações entre os dois, podem propor variações, podem responder algumas das perguntas acima propostas de uma maneira ou de outra. Não são obrigados, os historiadores, a seguirem uma cartilha paradigmática. Geralmente, há historiadores cuja visão de mundo sobre a história e sobre a historiografia se aproximam, e é isto o que vai dando origem a determinado campo paradigmático. Claro que, uma vez que os historiadores estão mergulhados

na própria história, com frequência podem se distanciar em suas posições fundamentais os historiadores que antes estavam inseridos, por afinidade, no interior de um mesmo campo paradigmático. Nesse caso, um historiador pode migrar ou se colocar entre dois modelos historiográficos distintos, ou pode mesmo vir a construir uma nova teoria geral sobre a história.⁵ É importante, de todo modo, que consideremos os grandes paradigmas historiográficos que abordaremos mais adiante como campos que fornecem modelos ou um determinado horizonte de visibilidade ou de escolhas, mas não como prisões teóricas às quais teriam de se ajustar necessariamente todos os historiadores.

Outro aspecto relevante a ressaltar é que, em termos de “teorias da história”, não existe a princípio a possibilidade de se falar em algumas teorias ou paradigmas historiográficos que sejam consensualmente consideradas melhores do que outros. Tal como assinala Agner Heller em seu ensaio *Uma teoria da história* (1981), as teorias da história competem entre si, ratificam-se ou retificam-se umas às outras, integram-se ou excluem-se mutuamente, apresentam leituras diferentes para os mesmos problemas e objetos historiográficos. As teorias da história não são deste modo cumulativas: uma não se constrói necessariamente sobre a outra, integrando-a ou refutando-a, como se tivéssemos aqui um processo cumulativo no qual os saberes vão se superpondo em um grande *crescendo* de precisão e refinamento teóricos. Se um historiador tiver por objetivo o de desenvolver uma nova teoria sobre os processos relacionados à revolução francesa, jamais poderá dizer que finalmente chegará com o seu trabalho à teoria correta e definitiva sobre esta questão. De igual maneira, ainda que defenda ferrenhamente o seu modo de conceber a historiografia de modo mais geral, um positivista jamais poderá dizer que refutou o historicismo, ou vice-versa, e tampouco o materialismo histórico poderá ser colocado como a tábua de leitura definitiva para examinar os processos históricos. Podemos, como historiadores, optar pelo positivismo, pelo historicismo, pelo materialismo histórico, por combinações entre esses paradigmas, por mediações entre eles, por uma abordagem weberiana, ou por uma teoria eclética à base de elementos de procedências teóricas diversas. Mas isso será sempre uma opção teórica. Ainda que um historiador arrogue-se estar do lado da verdade em termos de escolhas teóricas, jamais haverá consenso sobre isso. A teoria da história será sempre uma grande arena, um eterno campo de disputas e diálogos vários.

Trata-se esta de uma situação um pouco distinta da que ocorre, ou pelo menos ocorreu até tempos recentes, com certos campos de conhecimento como a física. Durante séculos, vigorou o paradigma newtoniano da física, e as teorias que iam sendo construídas dentro desse campo de

⁵ Já que citamos a filósofa húngara Agnes Heller, podemos lembrar que ela começa a sua produção filosófica como proeminente pensadora marxista, bem situada na linha de influência de Lukács, e que depois migra para uma perspectiva liberal. Para dar outro exemplo, o historiador italiano Benedetto Croce inicia sua produção historiográfica como marxista, e depois desloca-se para uma perspectiva francamente historicista.

conhecimento apoiavam-se umas nas outras, ampliando um horizonte de leitura da realidade no qual as descobertas e formulações teóricas feitas no passado tornavam-se bases para novas formulações no presente e no futuro. Havia também, é claro, aportes teóricos que no processo de reflexão e pesquisa dos físicos, ao longo da história de seu campo de conhecimento, viam-se descartados definitivamente, ocorrendo também certo consenso de todos os físicos acerca do desenvolvimento cumulativo de seu campo de conhecimento, de tal maneira que se costumava falar em “descobertas” – algo que se tornava uma conquista definitiva para os físicos. Esse padrão só começou a ser quebrado com a emergência de novos paradigmas da física, como a ‘teoria da relatividade’ ou a ‘física quântica’, que a rigor trouxeram novos modos de ver o mundo que eram bem distintos do paradigma newtoniano que vigorara durante séculos. Nesse momento, que se dá na passagem do século XIX para o XX e nas primeiras décadas deste novo século, pode-se dizer que a física, enquanto campo de saber específico, começou a experimentar algo que já era bem familiar aos historiadores e cientistas sociais: a convivência de teorias distintas que forneciam padrões distintos de visualização dos fenômenos físicos. Os físicos passaram a se defrontar, a partir de Einstein e da física quântica, afora outras diversas teorias, com o fato de que várias teorias podem ser apresentadas como corretas dentro de certo campo de saber, embora fornecendo leituras bem diversificadas, ou mesmo antagônicas entre si, da realidade examinada.

A competição entre teorias historiográficas já era antiga – seja no que se refere a teorias particularizantes sobre aspectos históricos específicos – como a revolução francesa ou a passagem do mundo medieval ao mundo moderno – seja no que se refere a teorias mais gerais sobre a própria história – sobre a história processual como um todo ou sobre os modos como se deve escrever a historiografia, por exemplo. Pensadores iluministas diversos ofereceram leituras diferenciadas daquilo que consideravam uma tendência da história universal; historiadores românticos do século XVIII e historicista do século XIX criticaram precisamente essa ideia de que seja possível ou válido escrever uma história universal, válida para todos os povos; os positivistas do século XIX reinvestiram na busca de leis gerais – e entre eles havia os que acreditavam que o desenvolvimento histórico era orientado pelo determinismo geográfico, pelo determinismo biológico, ou pelo determinismo econômico. Hegel introduziria na primeira metade do século XIX uma leitura dialética da história, de base idealista, e Marx retomaria de Hegel a proposta dialética para recolocar uma leitura materialista da história. No século XX, historiadores como Fernando Braudel teorizariam sobre os padrões múltiplos de temporalidade, introduzindo o conceito de “duração” nos modos historiográficos de abordar o tempo. No âmbito do materialismo histórico, infinitas variações teóricas seriam propostas pelos historiadores que tomaram como linha mestra de orientação os princípios estabelecidos por Marx e Engels no século

anterior. Historiadores como Toynbee ou Spengler iriam propor uma visão de mundo sobre a história das civilizações que as abordava em termos de nascimento, ascensão e declínio. Benedetto Croce e Collingwood aproximariam a historiografia da arte, por oposição a inúmeros outros historiadores que viam o seu campo de conhecimento como relacionado a uma ciência ou a um tipo de conhecimento cientificamente conduzido. A teoria da história, enfim, nunca deixou de multiplicar as suas alternativas internas. Abordar a teoria da história, por isso mesmo, é adentrar um campo de diálogos, de disputas, de inovações permanentes.

O SURGIMENTO DAS TEORIAS DA HISTÓRIA: O CONTRASTE INICIAL ENTRE HISTORICISMO E POSITIVISMO

A passagem do final do século XVIII ao XIX é assinalada por uma nova perspectiva do que deveria ser a história (Rüsen, 1996). O acentuado interesse de transformar a historiografia em um campo de conhecimento com estatuto científico, e a emergência da figura do historiador como um profissional especializado que seria o único institucionalmente legitimado a escrever história, estarão aqui acompanhados da inserção da história entre as cadeiras universitárias.

Um aspecto muito interessante a ser considerar nesse processo é lembrado por Arno Wehling em um texto sobre *“Historiografia e epistemologia histórica”* (2006). Para que ocorresse a passagem da historiografia ao campo científico, a história – ao contrário de outras ciências sociais que já nasceram em um contexto de cientificidade – precisou passar por uma verdadeira “refundação”, simplesmente porque diversas formas de historiografia já existiam como campo de saber específico desde a antiguidade (como, aliás, também o direito e a geografia, e em contraste com as novas disciplinas que surgem nos séculos XVIII e XIX, tais como a sociologia, a antropologia, a economia política e outras que já nascem no contexto da moderna cientificidade).

O novo momento da historiografia representa de fato uma autêntica refundação, e de acordo com essa perspectiva podemos compreender bem melhor a passagem da época das “filosofias da história” ao âmbito das “teorias da história”. Com a fundação da Universidade de Berlim em 1810, que assegura um lugar para a história entre seus demais campos de saber, a Escola Histórica Alemã desempenhará um papel fundamental nessa nova fase da história da historiografia. Além disso, ao lado da perspectiva historicista que começará a se desenvolver a partir da Escola Alemã, também se afirmará um segundo paradigma importante com influências significativas para o campo da história: o positivismo.

O que ocorre é que tanto o historicismo como o positivismo, cada qual à sua maneira, pretendem considerar a história e as demais ciências da sociedade do ponto de vista da produção de

um conhecimento científico – mesmo que divergindo com relação ao tipo de conhecimento científico que deveria ser constituído pela historiografia. O mesmo, aliás, ocorrerá com a perspectiva que seria trazida pelo materialismo histórico. Sutilmente, delineia-se aqui a passagem da ‘filosofia da história’ para a ‘teoria da história’. Embora o século XIX siga apresentando filosofias da história, e a mais importante delas seria a filosofia da história proposta por Hegel nos ensaios *A razão na história* (1837) e *Fenomenologia do Espírito* (1919), doravante os historiadores propriamente ditos preferirão falar de seu campo de estudo em termos de “teorias” e “métodos”, precisamente porque isso os aproximará mais, de um ponto de vista simbólico, das demais ciências com as quais pretendem ombrear. Os dois novos paradigmas que emergem já na primeira metade do século XIX, o historicismo e o positivismo, embora sejam por alguns autores entendidos como filosofias da história, já tendem a ser discutidos no campo da teoria da história. Será interessante discutir esses dois paradigmas neste momento, pois o confronto entre eles coloca no cerne da discussão sobre a história a questão da relação entre objetividade e subjetividade na produção do conhecimento histórico. Essa questão fortemente teórica, conforme seja tratada por um ou outro desses campos, estará na base da reorientação de toda a historiografia do século XIX. É importante lembrar ainda que no século XIX emergirá também um terceiro campo paradigmático, do qual posteriormente trataremos: o materialismo histórico.

Poderemos iniciar fazendo notar que a distinção fundamental entre positivistas e historicistas, de um lado, refere-se ao contraste de suas perspectivas sobre o homem – percebido consoante uma natureza imutável, pelos positivistas, e como um ser em movimento e em processo de constante diferenciação, pelos historicistas. Essas perspectivas distintas sobre o homem são acompanhadas de perspectivas singulares também sobre a história: enquanto o positivismo teria uma perspectiva universalizante da história – colocando-se nesse aspecto em particular como uma corrente herdeira do iluminismo, embora traduzindo-a em para um viés conservador – já o historicismo se construirá em torno de uma perspectiva particularizante da história.

Para além disso, os dois paradigmas também se opõem precisamente naquilo que se refere ao papel da objetividade e da subjetividade na produção do conhecimento histórico – um aspecto teórico, aliás, particularmente importante em vista da sua capacidade de redefinir a posição do sujeito e do objeto de conhecimento histórico. Vejamos os desdobramentos desta diferenciação teórica entre os dois modelos.

Aferrados a um paradigma cientificista que procura aproximar ou mesmo fazer coincidir os modelos das ciências naturais e das ciências sociais e humanas, os positivistas tendem a enxergar a subjetividade e a diversidade – do mundo humano examinado, mas também do historiador – como um problema a ser resolvido por uma história que postula ocupar seu lugar entre as ciências. Todos

os seus esforços estarão em enxergar a unidade por trás da diversidade humana, em tentar identificar as regularidades, as leis gerais que presidiriam o desenvolvimento das sociedades, e em aproximar das ciências naturais e exatas as metodologias historiográfica que poderiam lograr atingir essas finalidades. Para a sua realização, o positivismo preconizará a ‘neutralidade do historiador’ – isto é, a perspectiva teórica de esse poderia se destacar do objeto examinado e analisar imparcialmente as sociedades e processos históricos. Concomitantemente, o mesmo modelo postulará uma identidade de métodos entre as ciências naturais e as ciências humanas.

Para a historiografia, que lida com fontes históricas como mediadoras entre o sujeito que produz o conhecimento e o objeto histórico examinado, essa postura positivista fundamental também produzirá um tipo de aproximação do historiador em relação às suas fontes. O historiador positivista acreditará em uma realidade dada por inteiro na documentação, cabendo ao historiador recuperá-la imparcialmente. Com os historiadores metódicos das últimas décadas do século XIX, uma corrente que traz elementos tanto do positivismo francês quanto de um historicismo mais conservador inspirado na linha rankeana, isso implicará praticamente na ideia de que os documentos podem falar por si mesmos. Para um historiador positivista mais puro, como o inglês Henry Thomas Buckle (1821-1862), ocorrerá entre outros projetos a prédica da valorização de coletas estatísticas de dados, que seria uma maneira de aproximar os métodos da história dos de outras ciências. De igual maneira, para Taine (1828-1893), um historiador francês que abraça o sonho positivista de encontrar as leis gerais que regeriam os desenvolvimentos humanos, seria possível compreender o homem a partir de três fatores combinados: o meio ambiente, a raça, e o que ele chamou de “momento histórico”.

A perspectiva teórica dos historicistas é radicalmente distinta daquela que é apresentada pelo positivismo. No limite, tenderão a enxergar a subjetividade não como um problema, mas como uma riqueza, ou mesmo como aquilo o que precisamente permite à história constituir-se em um conhecimento dotado de uma especificidade própria. Haverá também, no arco historicista que se inicia no século XIX e que segue pelo século XX adentro, aqueles que, reconhecendo-a, buscam controlar a subjetividade, impor-lhe limites, almejando tanto quanto possível assegurar certa neutralidade do historiador. Mas os maiores nomes das últimas décadas do século XIX, que estendem sua contribuição para uma continuidade com os historicistas do século XX, chegam a realizar efetivamente a virada relativista, e a lidar com a subjetividade (inclusive a do próprio historiador) como algo que não compromete a cientificidade do trabalho historiográfico. Em vista disto, será fundamental para esses historicistas opor o paradigma explicativo das ciências naturais (e reivindicado pelos positivistas) ao paradigma da *compreensão*, aspecto que encontra a sua mais

sofisticada formulação teórica com Wilhelm Dilthey (1833-1911) e que será operacionalizado de maneiras distintas por alguns historicistas quando contrapostos entre si.

A principal contribuição do paradigma historicista, principalmente através da vertente relativista que se anuncia com Droysen e Dilthey e que seguirá adiante, foi ter chamado atenção para a historicidade de todas as coisas, inclusive da razão humana. Hans-Georg Gadamer (1900-2002), historiando uma contribuição hermenêutica que começa a adquirir impulso no século XIX a partir da abordagem ainda romântica do teólogo Schleiermacher (1768-1834), e que avança pela hermenêutica historicista de Dilthey até chegar a *O Ser e o Tempo* de Heidegger (1927), indica em sua obra máxima – *Verdade e Método* (1960) – mas também na série de conferências que foi publicada sob o título *A consciência histórica* (1996), esta singularidade maior que seria a do homem contemporâneo: a sua “consciência histórica”. A consciência histórica, apresentada pelo filósofo e teórico historicista não apenas como um privilégio, mas talvez mesmo como um “fardo”, seria uma especificidade que diferenciaria o homem contemporâneo – entendido como o homem do século XX – de todas as gerações anteriores. Gadamer define a consciência histórica como o privilégio do homem moderno de ter “*plena consciência da historicidade de todo o presente e da relatividade de toda a opinião*” (1998, p. 17). Eis aqui uma contribuição definitiva do historicismo, que aliás se constituirá também em um dos pilares de outra importante teoria da história: o materialismo histórico. Por outro lado, no que se refere às transformações na teoria, o historicismo traria no século XX notáveis realizações como os ensaios *Futuro Passado*, de Koselleck (1979), ou *Tempo e narrativa*, de Paul Ricoeur (1983-1985). Koselleck, por exemplo, introduz com sua perspectiva historicista sobre os sistemas conceituais todo um novo campo de atuação para os historiadores, que é o da “história dos conceitos”. Com isso, a teoria torna-se ela mesma objeto de uma pesquisa historiográfica.

MATERIALISMO HISTÓRICO

O materialismo histórico começa a surgir como campo teórico-metodológico – ou como paradigma, poderíamos dizer – com as obras fundadoras de Marx e Engels a partir de meados do século XIX. Seria importante sintetizar alguns de seus pressupostos e conceitos, pois, de fato, eles constituem o corpo de uma nova teoria da história que passa a estar disponível para os historiadores já na segunda metade do século XIX, mas logrando atingir as suas maiores realizações no decorrer do século XX.

Nosso empenho inicial será o de delinear o materialismo histórico a partir de alguns de seus traços fundamentais. Além da criação e inovação relacionada a aspectos vários, como a descoberta da “mais valia” para a análise do *Capital*, o inovador conceito de “alienação” ou a

reflexão historiográfica mais sistemática sobre a “acumulação primitiva” – aspectos que não serão tão discutidos aqui, pois estaremos mais interessados naquilo que interesse de modo mais geral à teoria da história – o gênio de Karl Marx atuou desde o princípio de seus textos e práticas inter-relacionando, no interior de um sistema teórico inteiramente novo para a compreensão da história, alguns conceitos que já tinham aparecidos a partir de outros autores. A ideia de uma “luta de classes”, por exemplo, já havia sido mencionada por historiadores franceses do período da restauração, como Guizot e Thierry. A dialética idealista de Hegel foi invertida por Marx de modo a situar o desenvolvimento material como ponto de partida da história em um materialismo dialético. A noção de ideologia tinha uma pequena história pregressa, que alguns remetem a Napoleão Bonaparte. A visão materialista do mundo não era uma ideia nova, e o século XVIII conhecera desenvolvimentos peculiares na direção do que Marx consideraria um “materialismo vulgar”. O vínculo entre economia e história já havia sido identificado por Jerome Adolph Blanqui em sua *Histoire de l'économie politique em Europe* (1843), e também a economia política de Adam Smith já trabalhara com essa correlação. Quanto ao socialismo, embora não um “socialismo científico” como proporia Marx e Engels, esse era já um horizonte em certos grupos radicais da França revolucionária e no pensamento ainda idealizado dos “socialistas utópicos”. Todas essas ideias foram interrelacionadas de uma maneira inteiramente original para a constituição dos fundamentos daquilo que posteriormente seria chamado de materialismo histórico.

Vamos considerar, antes de mais nada, aquilo que é realmente inseparável do materialismo histórico enquanto campo teórico-metodológico específico que permite compreender a história e a dinâmica das sociedades humanas. Deve-se aqui ter em vista os três fundamentos centrais do materialismo histórico: a ‘dialética’, o ‘materialismo’, e a ‘historicidade radical’. Se abstrairmos qualquer um desses fundamentos, o materialismo histórico deixa de fazer sentido em seu núcleo mínimo de coerência: ou se dissolve, ou se desfigura, ou se transforma em outra coisa. Por exemplo, se conservarmos apenas as ideias de dialética e de historicidade radical, mas descartarmos o fundamento do “materialismo”, facilmente recairemos em algo muito próximo do idealismo hegeliano. Isso porque o sistema de compreensão do mundo proposto por Hegel era também dialético e histórico, embora fosse idealista (e não materialista, conforme já veremos). De igual maneira poderíamos pensar um sistema que fosse materialista e histórico, mas não dialético, o que seria já qualquer outra coisa que não o sistema proposto por Marx e Engels. Uma combinação peculiar de materialismo e de dialética (não no sentido de ‘movimento’, e sim no que se refere à consideração das ‘contradições’), mas que estivesse concomitantemente abstraída da historicidade, possivelmente resultaria em algum tipo de estruturalismo. Dialética, materialismo e historicidade,

portanto, constituem aquilo de que não se pode prescindir, caso desejemos permanecer nos limites mínimos do materialismo histórico. Tudo o mais, de alguma maneira, poderia ser negociável. Mas não essas noções basilares.

Constituem também parte importante do núcleo teórico mínimo, três conceitos fundamentais do materialismo histórico, sem os quais também resulta bem difícil trabalhar operacionalmente com a perspectiva do materialismo histórico. De certa maneira, eles derivam dos fundamentos acima propostos. A noção de “práxis” – algo que une teoria e prática, ou pensamento e ação em um todo coerente, é de certo modo um desdobramento da dialética. O conceito de “luta de classes” desdobra-se diretamente da combinação entre historicidade e dialética (no sentido de que essa envolve, como já veremos, “contradições”). “modo de produção”, por fim, constitui um conceito que busca expressar o núcleo mínimo de materialidade de determinada formação social, embora esse conceito também dependa diretamente dos outros dois fatores – a dialética (pois todo modo de produção articula certas contradições internas) e a historicidade (uma vez que os modos de produção modificam-se de alguma maneira continuamente, até que finalmente se transformam em outros modos de produção, já característicos de uma nova formação social).

Temos no núcleo mínimo do materialismo histórico, portanto, três fundamentos (dialética, materialismo e historicidade) e três conceitos incontornáveis (“práxis”, “luta de classes” e “modo de produção”). Para além disto, existem outras noções bastante recorrentes nas diversas correntes relacionadas ao materialismo histórico, tal como conceitos de “determinismo”, “revolução”, “ideologia”, afora diversos outros.

A história, para o materialismo dialético, dá-se em duas dimensões distintas, mas interligadas, pois ela é simultaneamente a “história das lutas de classe” e a “história da sucessão de modos de produção”. Só esse duplo enunciado, o primeiro bem apresentado no *Manifesto comunista* (1848), o segundo discutido em *A ideologia alemã* (1846), já seria suficiente para alçar Karl Marx e Friedrich Engels como instituidores de um modo de ver a história radicalmente novo e diferenciado em relação à ampla maioria dos historiadores do seu tempo. Hobsbawm, no balanço de 1968 no qual lança a indagação sobre “O que os historiadores devem a Karl Marx”, mostra como os historiadores do século XIX, a exemplo da Ranke, se ocupavam então de examinar basicamente as guerras, a diplomacia, a vida dos grandes líderes, aqui ou ali, eventualmente, a história institucional, mas sobretudo uma história (da) política. Não uma história política no moderno sentido de uma “história do poder”, mas uma história da política, ou seja, dos meios políticos e dos homens que a faziam nos parlamentos e outros órgãos ligados ao estado. Já os fundadores do materialismo histórico, ao proporem que “a história é a história da luta de classes”, o que estavam fazendo senão propor um

deslocamento do olhar do historiador para uma dimensão impensada até então – a história social. E, ao mesmo tempo, ao sustentarem que a história é a “história dos modos de produção”, o que estavam propondo senão deslocar o olhar historiográfico para as bases econômico-sociais e suas consequências sobre a sociedade e a história. Não seria isso, essencialmente, uma inédita abertura para a história econômica? Marx e Engels introduzem um novo e duplo olhar na história: uma atenção para a dimensão econômico-social. Esse novo modo de ver a história pode ser compreendido também como uma contribuição teórica no seu sentido mais estendido, aquele no qual a “teoria” corresponde a um “modo de ver as coisas”, de acordo com a etimologia da palavra com base no significado já trazido pela palavra desde os filósofos da Grécia antiga.

O materialismo histórico compreende um campo rico para a percepção da importância da teoria na história, e, simultaneamente, da dinamicidade dessa teoria, pois no decorrer de mais de um século e meio, a partir das primeiras formulações de Marx e Engels, não cessaram de ocorrer renovações conceituais no interior desse paradigma, que aliás estendem as suas contribuições para a historiografia como um todo, não se limitando apenas aos quadros do marxismo.

A chamada Escola Inglesa do Marxismo, apenas para dar um exemplo, representa um grupo importante para a renovação teórica do materialismo histórico. O grupo tendeu a flexibilizar a teoria marxista tal como era veiculada por setores mais ortodoxos do marxismo historiográfico. A desconstrução da metáfora base/estrutura, que implicava em um padrão linear de determinismo, foi rediscutida por autores como o Edward Thompson de *Miséria da filosofia* (1978) ou o Raymond Williams de *Marxismo e literatura* (1971). Trazer a cultura para primeiro plano das análises marxistas, conectando-a com a política e a história social, permitiu, por exemplo, que fosse rediscutido o próprio conceito de “classe social”, passando a ser entendido não apenas como uma categoria econômica mas, também, como uma categoria cultural.

CONCLUSÕES: PALAVRAS FINAIS SOBRE O PAPEL DA TEORIA DA HISTÓRIA NA FORMAÇÃO DO HISTORIADOR

O papel da teoria da história na formação do historiador, como se deve ter percebido, é fundamental. Se a historiografia se constrói com teoria e método, se a historiografia é nos dias de hoje vista como vinculada a “problemas” – e já vão longe os tempos em que se podia simplesmente propor uma história meramente descritiva – é a teoria o que dará um lastro essencial ao historiador em formação, de modo a que ele construa uma história realmente problematizada.

Seignobos, nos últimos anos do século XIX, havia formulado uma frase que ficou célebre: “*sem documento não há história*”. Lucien Febvre, no contexto que presidiria a consolidação da

Escola dos Annales na França, iria, em seus *Combates pela História* (1953), contrapor a essa frase uma outra: “*sem problema não há história*”. Febvre estava alvejando, com esse dito, uma historiografia que considerava factual, meramente descritiva, fetichizadora do documento e do fato histórico, sempre tratado como algo dado previamente e que caberia ao historiador apenas desvelar. A perspectiva de Febvre é que a história deveria sempre ser reconstruída a partir do presente de acordo com um problema e orientada pela formulação de hipóteses. Tratava-se, segundo o próprio termo por ele cunhado, de elaborar uma “história-problema”.

O “documento”, ou a “fonte histórica”, como se diz hoje mais habitualmente, continua certamente na base do método historiográfico. Sem fontes históricas não há caminho possível para que um historiador atinja determinada realidade ou processo histórico que pretenda examinar, ou, tampouco, não surge a possibilidade de reformular uma visão do passado em função de questões levantadas no presente. Na base do método historiográfico, encontra-se certamente a fonte histórica, material do qual deverá partir o historiador. Contudo, nos dias de hoje, o método e a base empírica devem interagir ativamente com a teoria, pois caso contrário não se teria uma história problematizada.

O “problema”, de fato, está precisamente na base do que pode ser referido a uma “teoria da história”, a certa maneira de “ver” a historiografia de maneira geral ou a um certo modo de conceber certo processo histórico especificamente. Quando determinado problema é formulado pelo historiador, quando ele propõe certas hipóteses, quando ele instrumentaliza certos conceitos, reconstrói-se a história de uma nova maneira. A “teoria”, então, torna-se fundamental para que surja uma historiografia problematizada, correspondente à época e ao contexto em que foi produzido, capaz de sucessivas reformulações. É a teoria que responde àquilo que Jörn Rüsem, em seu ensaio *Razão histórica*, chamou de “carências de orientação no tempo presente” (2001, p. 35). De igual maneira, através da teoria os historiadores estabelecem o seu diálogo, exercem pressões uns sobre os outros, para retomarmos as imprescindíveis reflexões de Michel de Certeau sobre a Operação historiográfica, em seu célebre texto de 1974.

Teoria e método, certamente, são os dois alicerces do trabalho historiográfico. “Problemas” e “fontes” são imprescindíveis para uma historiografia que apresente o compromisso de corresponder realmente um maior interesse científico. Dessa maneira, é fundamental uma atenção especial aos modos de tratamento das fontes historiográficas, mas, sobretudo, às concepções e horizontes teóricos que podem orientar e reorientar a operação historiográfica. Com a reflexão teórica, com o desenvolvimento da capacidade de operacionalizar conceitos e de formular hipóteses, o historiador em formação completa o conjunto de requisitos para desenvolver uma contribuição histórica relevante.

REFERÊNCIAS - FONTES

- DILTHEY, Wilhelm. [1883]. *Introduction to the Human Sciences*. Princeton: Princeton University Press, 1991. (1º vol. da Introdução ao estudo das Ciências do Espírito, 1883) <http://www.marxists.org/reference/subject/philosophy/works/ge/dilthey1.htm>.
- DROYSEN, J. Gustav. [1881-1883]. *Historik: Vorlesungen über Enzyklopädie und Methodologie der Geschichte*. Munchen, 1974. [Versão espanhola: *Histórica – Lecciones sobre la Enciclopedia y metodología de la historia*. Barcelona: Alfa, 1983].
- FEBVRE, Lucien. *Combats pour l'Histoire*. Paris: A. Colin, 1953.
- GADAMER, Hans-Georg. [1960]. *Verdade e Método*. 9. ed. Petrópolis: Vozes, 2008.
- _____. [1996]. *A Consciência Histórica*. Rio de Janeiro: FGV, 1998
- GERVINUS, Georg Gottfried. [1837] Grundzüge der Historik (As Grandes Linhas da História). In *Schriften zur Literatur*. Berlin: Erler, 1962. p. 49-103.
- HEGEL, Friedrich. [1837]. *A Razão na História – uma Introdução Geral à Filosofia da História*. São Paulo: Centauro, 2008.
- _____. *Ciencia de la Lógica*. Buenos Aires: Solar / Hachette, 1968 [original: 1812 / 1816]
- _____. [1819]. *Fenomenologia do Espírito*. Petrópolis: Vozes, 2007.
- _____. [1821]. *Princípios da Filosofia do Direito*. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- HEIDEGGER, [1927]. *O Ser e o Tempo*. Petrópolis: Vozes, 1997.
- KOSELLECK, Reinhart. [1979]. *Futuro Passado – contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006.
- MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. [1946]. *A Ideologia Alemã*. São Paulo: Hucitec, 1983.
- _____. [1848]. *Manifesto do Partido Comunista*. Petrópolis: Vozes, 1988.
- RANKE, Leopold Von. [1824]. *History of the Latin and Teutonic Nations from 1494 to 1514*. London: Kessinger Publishing, 2004.
- RICOEUR, Paul. *Temps et Récit*. Paris: Seuil, 1983/1985 [*Tempo e Narrativa*. São Paulo: Papirus, 1994].
- SYBEL, Heinrich von. Über den Stand der neueren deutschen Geschichtsschreibung (Sobre o Estado da Moderna Historiografia Alemã, 1856). In: *Kleine historische Schriften*. Munich, 1863.
- THOMPSON, Edward. [1978]. *Miséria da Teoria ou: um Planetário de Erros – uma crítica ao pensamento de Althusser*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1981.
- VOLTAIRE, François-Marie A. História. In: *Dicionário Filosófico*. São Paulo: Martim Claret, 2006.
- WILLIAMS, Raymond. [1971]. *Marxism and Literature*. London: Oxford University Press, 1977.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BUNGE, Mário. *Epistemologia*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1982.
- CERTEAU, Michel de. [1974]. A operação historiográfica. In: *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982. p. 65-119.
- DELATTRE, P. Teoria / Modelo. In: *Enciclopedia Einaudi, 21* (Método – Teoria / Modelo). Lisboa: Imprensa Nacional, 1992.
- HELLER, Agner. [1981]. *Uma teoria da história*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1993.
- HOBSBAWM, Eric. O que os historiadores devem a Karl Marx (1968). In: *Marx and the contemporary scientific Thought*. Haia: 1969, p. 197-211. [Incluído em *Sobre História*. São Paulo: Cia das Letras, 1998, p. 155-170].
- KUHN, Thomas. *The structure of scientific revolutions*. Chicago: University of Chicago Press, 1962.
- MERTON, Robert. *Sociologia: teoria e estrutura*. São Paulo: Mestre Jou, 1970.
- POPPER, Karl. *A Lógica da pesquisa científica*. São Paulo: Cultrix, 1995.
- RÜSEN, Jörn. *Razão histórica, teoria da história: fundamentos da ciência histórica*. Brasília: Edub, 2001.
- _____. Narratividade e objetividade. *Textos de história*, vol. 4, n. 1, 1996, p. 75-101.
- VEYNE, Paul. [1971]. *Como se escreve a História*. Brasília: UnB, 1982.
- WEHLING, Arno. Historiografia e epistemologia histórica. In: MALERBA, Jurandir. (Org.). *A história escrita*. São Paulo: Contexto, 2006. p. 175-187.

THEORY IN THE FORMATION OF THE HISTORIAN

ABSTRACT

This article aims to develop some considerations related to the function of the Theory in the formation of the historian, including aspects as the concepts and formulation of hypothesis, in order to ensure the elaboration of a problematic history, in place of a descriptive history. The first discussion developed in the article is the difference between Theory and Methodology.

Key-Words: Theory; methodology; historiography

Recebido: em março de 2010

Aprovado: em outubro de 2010